

LEI Nº 3.505 DE 31 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DEFICIT POR ALÍQUOTA SUPLEMENTAR, DESTINADAS AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - IPASMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, aprovou e eu Prefeito Municipal de Alegre sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído plano de custeio mensal para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alegre - ES com percentuais totais de 54,81%, sendo que desta porcentagem 19,50% refere-se à Alíquota Patronal e 35,31% à Alíquota Suplementar, que deverá ser repassado pelos órgãos empregadores, 11,00% dos servidores ativos, 11,00% para os inativos e pensionistas com valores que ultrapassam o teto do Regime Geral de Previdência Social, com valores já inclusos para custeio das despesas administrativas do Regime Próprio.

Art. 2º - Os repasses das alíquotas deverão ocorrer mensalmente com objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial e a manutenção do custeio previdenciário.

Art. 3º - Fica ainda instituído plano de amortização de déficit atuarial com os seguintes percentuais:

PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

| ANO | ALÍQUOTA SOBRE A FOLHA DE ATIVOS | ANO | ALÍQUOTA SOBRE A FOLHA DE ATIVOS |
|------------|---|------------|---|
| 2018 | 35,31% | 2031 | 83,10% |
| 2019 | 37,69% | 2032 | 83,10% |
| 2020 | 45,00% | 2033 | 83,10% |
| 2021 | 50,00% | 2034 | 83,10% |
| 2022 | 55,00% | 2035 | 83,10% |
| 2023 | 60,00% | 2036 | 83,10% |
| 2024 | 65,00% | 2037 | 83,10% |
| 2025 | 70,00% | 2038 | 83,10% |
| 2026 | 75,00% | 2039 | 83,10% |
| 2027 | 80,00% | 2040 | 83,10% |
| 2028 | 83,10% | 2041 | 83,10% |
| 2029 | 83,10% | 2042 | 83,10% |
| 2030 | 83,10% | - | - |

Art. 4º - O RPPS não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para realização do pagamento decorrentes da presente Lei.

Art. 5º - (suprimido)

Art. 6º - O Município de Alegre - ES por meio de seus órgãos da administração pública direta e indireta, obrigam-se a consignar no orçamento de cada exercício as verbas necessárias ao pagamento das parcelas previdenciárias.

Art. 7º - A Avaliação Atuarial é a que se encontra detalhada na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alegre (ES), 31 de julho de 2018.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.